



Reforma Tributária Solidária

Brasília

24 de setembro de 2019

Francelino das Chagas Valença Junior- Fenafisco

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
CAPÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

•Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

•§ 1º Sempre que possível, **os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte**, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

- PEC 45

IPI
ICMS
ISS
PIS
COFINS

- PEC 45

Criação
IBS

IMPOSTO SELETIVO – sem limites

- PEC 45

Fiscalização conjunta

- PEC 45

Competência Lei IBS
Governo Federal

E o Pacto Federativo?

- PEC 45

Benefícios fiscais – fim
Fundo de Desenvolvimento – não

- PEC 45

Seletivo alíquota sem teto não permite transferência
via FPE/FPM

- PEC 45

Sem valores mínimos para saúde, educação e seguridade (30% da DRU é expurgada)

- PEC 45

Simplificação sem alteração da matriz tributária que promovem a desigualdade e emperram o desenvolvimento econômico

O Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade,

Afirma Thomas Piketty, economista autor do best seller “O Capital no Século XXI”, durante entrevista dada à Folha de São Paulo em um hotel em São Paulo (28/09/17).



Joseph Stiglitz, Nobel de Economia em 2001 e presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Governo do presidente americano Bill Clinton (1995-1997), **também defende a redução das desigualdades como meio para promover o desenvolvimento econômico!**

Desigualdade global

EN  ES 

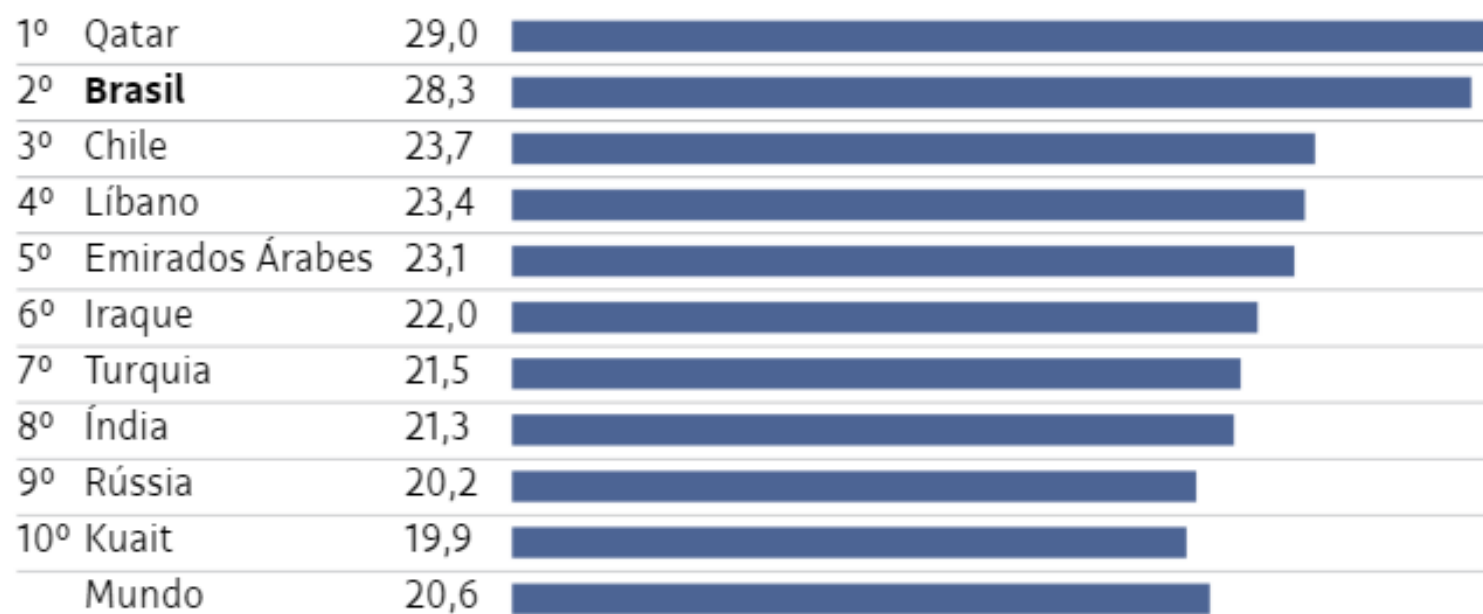
Brasil

Super-ricos no Brasil lideram concentração de renda global

Entre os países democráticos, nenhum outro tem maior acúmulo de rendimentos no 1% do topo; na crise, miséria voltou a subir, mas houve forte queda nos anos 2000

Ranking da concentração no topo

Participação do 1%
mais rico na renda
total, em %



Fonte: World Inequality Database (WID)

Mundo

Brasil Econômico

Mundo

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

10/12/2014 | 09:29 - Atualizado em: 10/12/2014 | 09:29

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revela que crescimento econômico de várias nações ricas foi limitado por causa do aumento da desigualdade

Crescimento frustrado em virtude das desigualdades

Projeção OCDE 1990 a 2000

Reino Unido

9 %

EUA, Itália e Suécia

6 a 7 %

México e Nova Zelândia

10 %

www.cartacapital.com.br/economia/desigualdade-atrapalha-crescimento-e-corroi-a-coesao-social



Economia

Até eles

Desigualdade atrapalha crescimento e corrói a coesão social, diz FMI

O GLOBO MENU

ECONOMIA

INSCRIÇÕES PARA A ESCOLA-RESIDÊNCIA DO SESC
VÃO ATÉ 4 DE MAIO.



FMI: desigualdade 'em excesso' pode inibir crescimento

Relatório defende tributação progressiva e cita Bolsa Família e SUS como exemplos brasileiros

Christine Lagarde (Diretora-geral do FMI):

“Políticas que elevem a renda dos pobres e da classe média são essenciais para gerar crescimento inclusivo e sustentado”. (...) “Para ter crescimento mais duradouro, será necessário gerar crescimento mais equitativo”.

Erguer os Pequenos Barcos. Por Christine Lagarde, Diretora-geral, FMI. Discurso nas Grandes Conférences Catholiques. Bruxelas, 17 de junho de 2015.

<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/speeches/2015/061715p.pdf>

Andrew BERG e Jonathan OSTRY (FMI):

“A desigualdade excessiva de renda desestimula o investimento, inibe a taxa de crescimento econômico e torna o crescimento menos sustentável com o tempo”.

BERG, Andrew G e OSTRY Jonathan D. Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin? IMF Discussion Note. International Monetary Fund. April 8, 2011. SDN/11/08.

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2011/sdn1108.pdf>

Capitalismo rentista ameaça a democracia

A economia não está mais beneficiando igualmente a todos, como no passado, o que está gerando um perigoso avanço populista, que ameaça destruir a democracia liberal

Por Martin Wolf — Financial Times

20/09/2019 05h00 · Atualizado há um dia



O mercado e o poder político permitem que pessoas e empresas privilegiadas extraiam renda de todos os demais

Algumas pessoas poderiam argumentar, de maneira otimista, que a

A maneira pela qual os como nossos sistemas econômico e político operam tem de mudar, ou eles vão perecer

Armínio Fraga (Globo News, 13/9/2019):

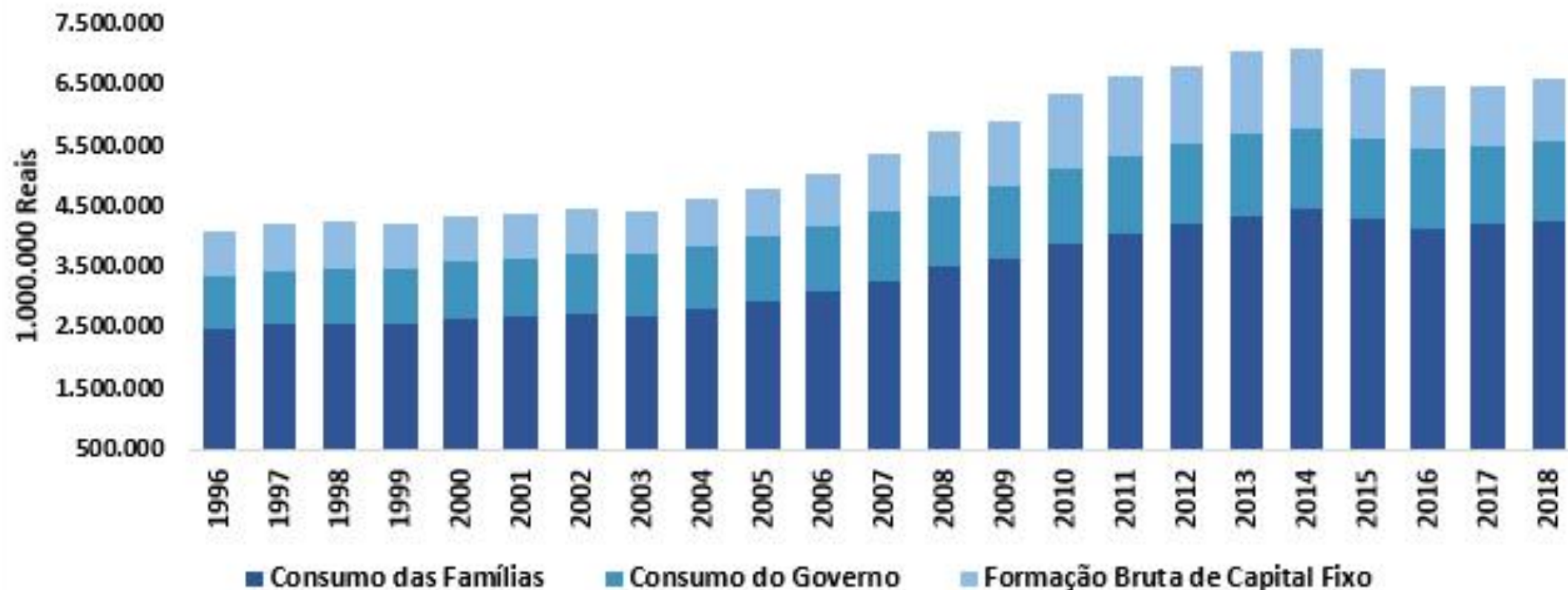
“Diminuir a desigualdade deveria ser a prioridade número um”. (...) “A desigualdade impede o crescimento”. (...) “Sem diminuir a desigualdade não há como crescer”.



Miriam Leitão:

“O senhor é de esquerda”?

Gráfico 3 - Componentes da Demanda (a preços de 2017)



Fonte: IBGE SCN CNT. Elaboração FGV IBRE NCN.

IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF)

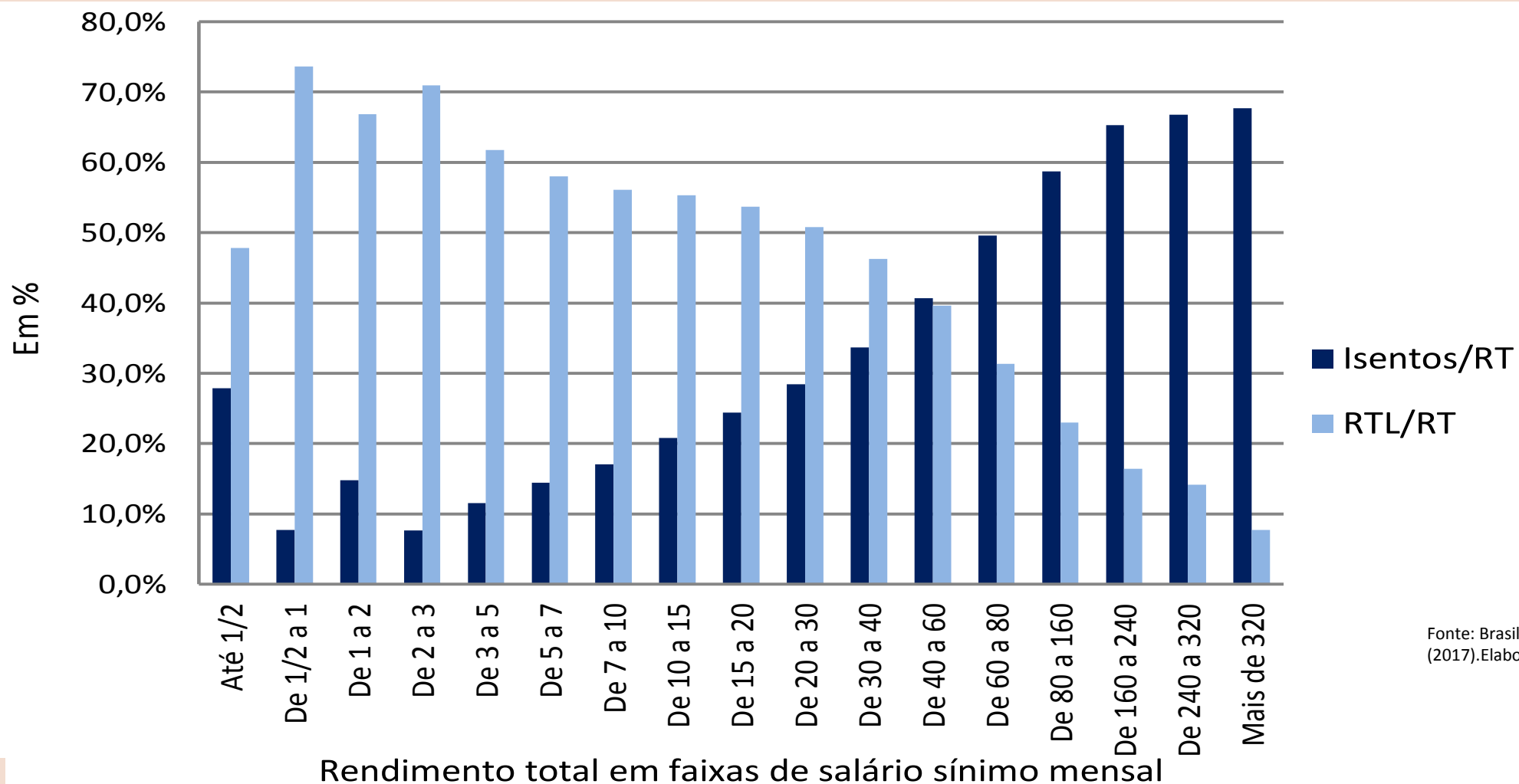
EM % DA RENDA ISENTA E NÃO TRIBUTÁVEL (ISENTOS) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT) EM

% DA RENDA TRIBUTATÁRIA LÍQUIDA (RTL) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT)

POR FAIXAS DE RENDIMENTOS TOTAIS EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS

BRASIL

2016



Fonte: Brasil / RFB (2017). Elaborado pelos autores

A economia do Brasil, desde 1990, vem crescendo menos que o mundo e a América Latina...



Produto:



39 ARTIGOS

42 ESPECIALISTAS

804 PÁGINAS

VERSÃO DIGITAL DISPONÍVEL EM:

www.plataformapoliticasocial.com

Iniciativa



Gestão técnica



Apoio



O projeto

Reforma Tributária Solidária,

preservando o estado social, apresenta solução para:

- ✓ *a redução das desigualdades sociais;*
- ✓ *a redução do Custo Brasil;*
- ✓ *a promoção do desenvolvimento econômico!*

Pressuposto da proposta

É necessário que a reforma tributária seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias, e:

- ✓ **PENSADA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO;**
- ✓ **ADEQUADA AO PROPÓSITO DE FORTALECER O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL;**
- ✓ **PROMOVA A SUA PROGRESSIVIDADE PELA REDUÇÃO DA CARGA SOBRE O CONSUMO E O AUMENTO SOBRE A RENDA;**
- ✓ **GERE AÇÕES VISANDO A JUSTIÇA FISCAL.**



PROPOSTA

Exercício de redistribuição das bases de incidência da tributação

- Aumentar as receitas da tributação sobre a renda, o patrimônio e as transações financeiras
- Reduzir as receitas da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.
- Preservar o Estado Social de 1988
- Reforçar o Federalismo
- Aproximar a tributação brasileira da média dos países da OCDE



É possível ampliar a justiça fiscal pela:

- Elevação de R\$ 253,7 bilhões das receitas da tributação sobre a renda e redução de R\$ 231,7 bilhões da receita da tributação sobre bens e serviços;
- Elevação de R\$ 73,0 bilhões da tributação sobre o patrimônio e redução de R\$ 78,7 bilhões da tributação sobre a folha de pagamentos.



**AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA:
SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA**
EM R\$ MILHÕES
VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL R\$	PROPOSTA R\$	DIFERENÇA R\$
Renda	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Outras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
RENDA E PATRIMÔNIO	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de pagamento	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
BENS E SERVIÇOS E FOLHA	1.439.926,91	1.129.389,59	-310.537,32
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF

FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60	40,0%

- 38,55% dos declarantes ficariam **isentos** do IRPF;
- 48,70% **seriam desonerados**;
- 10,02% manteriam a alíquota atual.
- 2,73% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

Acréscimo de R\$ 158 bilhões (dos R\$ 254 bilhões de acréscimo da tributação sobre a renda pessoa física e jurídica);

ARRECAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS (IGF)	-	37.193,97	37.193,97
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)	1.104,97	19.093,90	17.988,93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	6.468,65	15.002,96	8.534,31
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	36.257,11	37.307,11	1.050,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	30.759,50	38.994,97	8.235,47
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	11.106,63	11.106,63	-
TOTAL	85.696,86	158.699,55	73.002,69

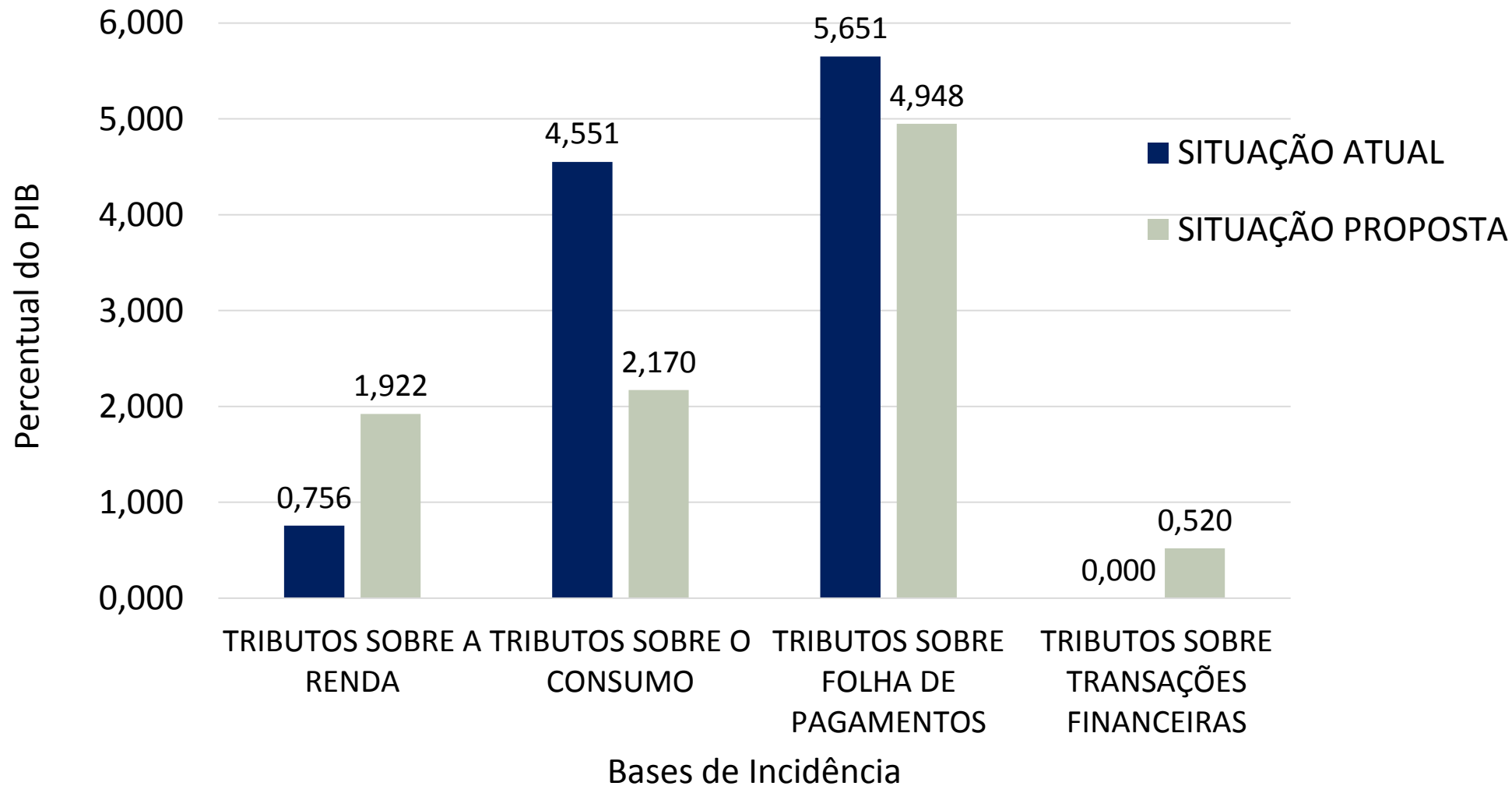
REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

TRIBUTOS	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE BENS E SERVIÇOS	957.923,80	726.126,34	- 231.797,46
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	403.263,25	- 78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	- 310.537,32

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

EM % DO PIB

VALORES DE 2015 E ESTIMADOS



EQUILÍBRIO FEDERATIVO SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA EM % DO PIB VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

ENTE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
% PIB	18,83	8,22	5,61	18,74	8,80	5,91	-0,09	0,58	0,30

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CONSUMO

COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015 E % DO PIB

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% PIB	% PIB	% PIB
RENDA	5,97	10,27	11,50
PATRIMÔNIO	0,84	2,06	1,90
CONSUMO	16,84	12,93	10,90
OUTROS	9,02	8,20	9,70
TOTAL	32,66	33,46	34,00

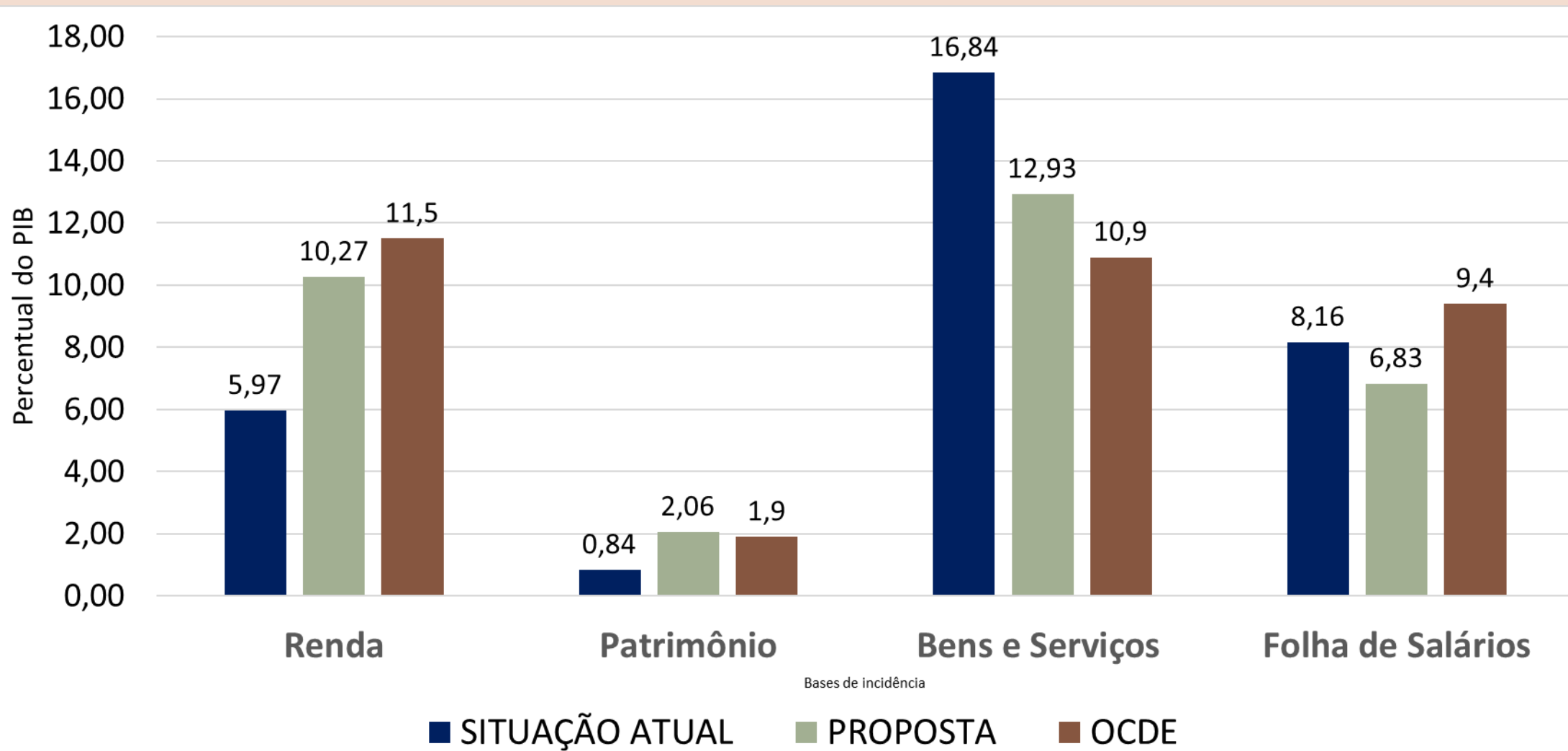
INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% CTB	% CTB	% CTB
RENDA	18,27	30,69	34,10
PATRIMÔNIO (1)	4,44	8,03	5,80
CONSUMO	49,68	36,76	32,40
OUTROS	27,60	24,52	27,70
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Nota (1) considerou-se o IPVA como tributo que incide sobre o patrimônio.

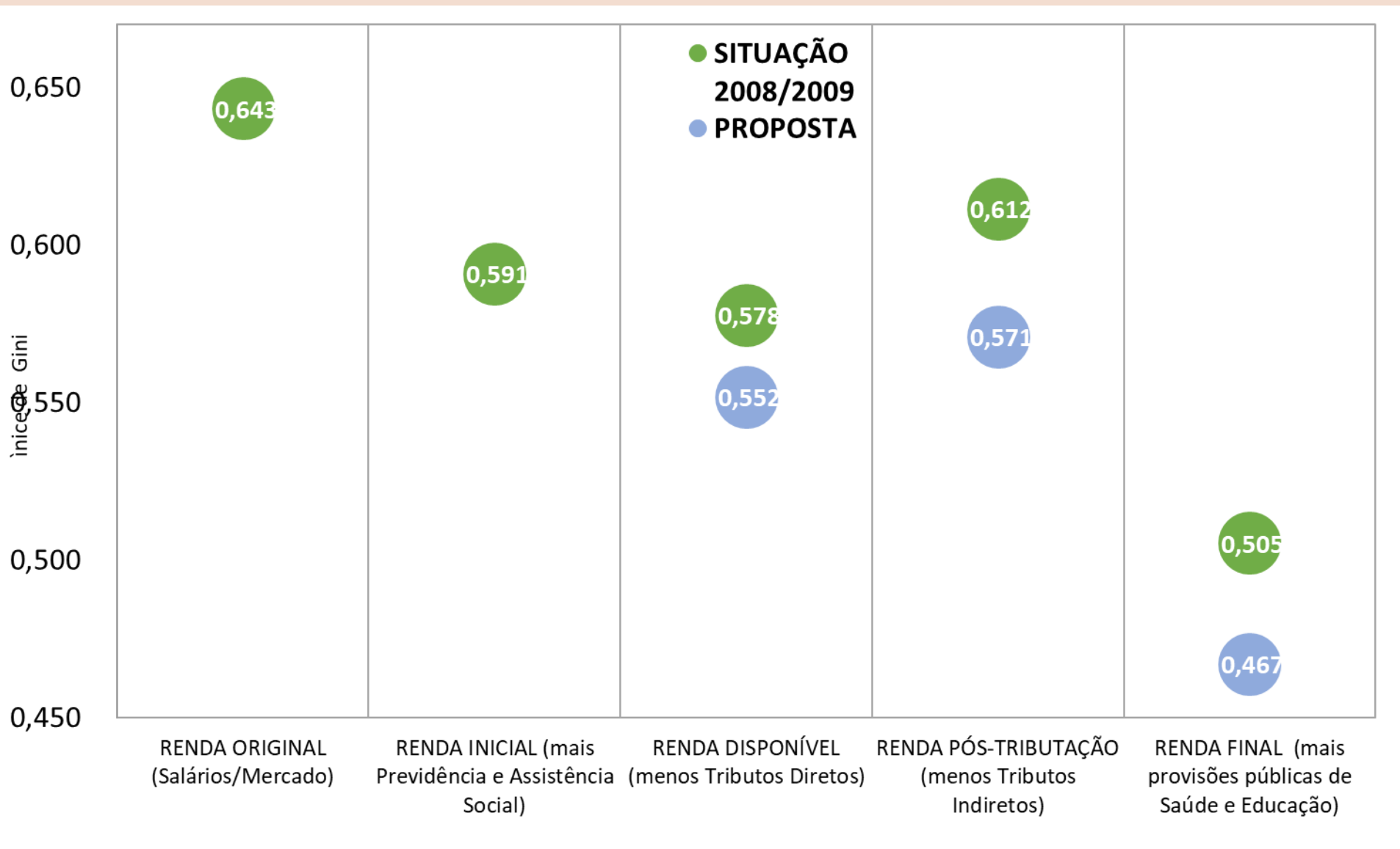
INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE
Valores de 2015



COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI DECORRENTE DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PÚBLICAS, DA TRIBUTAÇÃO DIRETA, DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA E DA PROVISÃO PÚBLICA

SITUAÇÃO 2008-09 E SITUAÇÃO PROPOSTA





Reforma Tributária

Solidária

Iniciativa

